

Felipe Ribeiro

Discrpcionariedade Técnica

A Administração Pública sob a
influência de normas técnicas

3ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Capítulo I – Das Normas Técnicas e das Normas Jurídicas	1
1. A técnica, a ciência e o direito: noções iniciais e breve contextualização histórica.....	1
1.1. A técnica e a ciência no tempo do Estado liberal.....	4
1.2. A técnica e a ciência no tempo dos Estados Sociais.....	9
1.3. O avanço do neoliberalismo e a retomada do pensamento técnico-liberal	13
1.4. A necessária independência entre o ambiente científico e o Estado	15
1.5. Ciência e técnica	18
2. Por que abandonaremos a ideia de normas técnicas enquanto resultado do fenômeno da “normalização técnica”?	22
2.1. Nossa visão sobre normas técnicas.....	24
2.2. Conceito e características gerais	25
3. As normas técnicas e o problema da legitimidade democrática.....	48
3.1 A questão da deslegalização e o alegado déficit de legitimidade democrática	50
4. O direito, a técnica e a centralidade da pessoa humana	54
5. As normas técnicas e o regime jurídico técnico.....	58
6. Normas jurídicas versus normas técnicas.....	60
7. A elaboração de normas técnicas	61
8. Resumo do capítulo.....	65
Capítulo II – A Inserção de Normas Técnicas no Âmbito do Direito Administrativo	69
1. Considerações gerais	69

2. O fenômeno da incorporação de normas técnicas no direito administrativo.....	70
3. As normas jurídicas de conteúdo técnico-científico remissivas	72
3.1. Por que as normas remissivas são regras jurídicas?.....	72
3.2. As regras jurídicas remissivas	76
3.3. A incorporação de normas técnicas pelo legislador	85
3.4. As formas de incorporação de normas técnicas pela Administração Pública.....	86
4. O regime jurídico técnico-científico	92
5. Controles formal e material	92
6. Resumo do capítulo.....	94
Capítulo III – A Interpretação de Regras Remissivas à Luz da Legalidade (Controle de Formal).....	97
1. Considerações Gerais	97
2. Critérios de verificação da validade formal das regras remissivas	98
2.1. Controle formal vertical	100
2.2. Controle formal procedimental.....	102
2.3. Controle formal horizontal.....	103
3. 1ª Pergunta-chave: há discricionariedade ou vinculatividade administrativas em sede de controle formal?.....	105
4. Resumo do capítulo.....	107
Capítulo IV – A Interpretação de Regras Remissivas à Luz da Juridicidade (Controle Material)	109
1. Considerações gerais	109
2. Controle material em matéria técnica.....	113
2.1. A funcionalidade dos princípios jurídicos.....	114

2.2. 2ª Pergunta-chave: há discricionariedade ou vinculatividade administrativas em sede de controle material?	132
3. Resumo do capítulo.....	141
Capítulo V – O Controle Judicial em Matéria Técnico-Científica.....	143
1. O princípio da separação dos poderes	143
2. Controle judicial da atividade administrativa	145
3. Controle judicial formal	147
4. Controle judicial material	149
4.1. O princípio da proporcionalidade no controle judicial	151
4.2. O controle judicial da atividade administrativa para proteger direitos fundamentais.....	161
4.3. Controle judicial da atividade administrativa para proteger a dignidade humana.....	165
4.4. Controle judicial da atividade administrativa para proteger diretivas	167
4.5. As peculiaridades da matéria técnico-científica.....	169
5. Alguns posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema.....	175
5.1. Nosso posicionamento em confronto com os demais	181
6. Resumo do capítulo.....	186
Capítulo VI – Considerações Finais.....	189
I – Premissas filosóficas.....	189
II – Premissas jurídicas.....	191
III – Conclusão.....	195
Referências bibliográficas.....	197